

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 05.238.054/0001-03
Belo Horizonte - MG

**Cemig Comercializadora
de Energia Incentivada S.A.**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas,

A Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$1.000 mil, dividido em 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da CEMIG ("Controladora").

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$111 mil em 2016, em comparação a R\$241 mil em 2015, uma redução de 53,94%.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	ATIVO			Nota	PASSIVO	
		2016	2015			2016	2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3	2.147	6.789	Fornecedores.....		79	63
				Tributos.....	4	148	200
				Dividendos a Pagar.....		28	418
TOTAL DO CIRCULANTE		2.147	6.789	Outras Obrigações.....		25	44
				TOTAL DO CIRCULANTE		280	725
				NÃO CIRCULANTE			
				Tributos Diferidos.....	4	-	108
				Recursos destinados a Aumento de Capital.....		6	6
				TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6	114
				TOTAL DO PASSIVO		286	839
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6		
				Capital Social.....		1.000	5.000
				Reservas de Lucros.....		861	950
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.861	5.950
ATIVO TOTAL		2.147	6.789	PASSIVO TOTAL		2.147	6.789

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2016	2015
DESPESA OPERACIONAL	7		
Pessoal.....		(357)	(259)
Serviços de Terceiros.....		(51)	(29)
Arrendamentos e Aluguéis.....		(16)	(16)
Impostos e Taxas.....		(6)	(7)
Outras despesas.....		(5)	(5)
		(435)	(316)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(435)	(316)
Receita Financeira.....	8	804	831
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		369	515
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.....	9	(258)	(373)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	9	-	99
RESULTADO DO EXERCÍCIO		111	241
RESULTADO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) RS		0,11	0,05

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	111	241
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	111	241

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	5.001	766	270	-	6.037
Aprovação de Dividendo Adicional Proposto (RS 0,05 por ação).....	-	-	(270)	-	(270)
Ajuste Estatuto Social.....	(1)	-	-	-	(1)
Resultado do Exercício.....	-	-	-	241	241
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Constituição de Reserva Legal.....	-	12	-	(12)	-
Dividendos Adicionais Propostos (RS0,03 por ação).....	-	-	172	(172)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios (RS 0,01 por ação).....	-	-	-	(57)	(57)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	5.000	778	172	-	5.950
Aprovação de Dividendo Adicional Proposto (RS 0,17 por ação).....	-	-	(172)	-	(172)
Redução de Capital.....	(4.000)	-	-	-	(4.000)
Resultado do Exercício.....	-	-	-	111	111
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos Mínimos Obrigatórios (RS 0,03 por ação).....	-	-	-	(28)	(28)
Dividendos Adicionais Propostos (RS0,08 por ação).....	-	-	83	(83)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.000	778	83	-	1.861

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2017, que ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$111 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$28 mil referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- R\$83 mil distribuídos a título de dividendos adicionais.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais e à Diretoria da Cemig.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado anteriormente denominada UTE Cogeração, foi constituída em 08 de julho de 2002, domiciliada no Brasil.

Os objetivos sociais previstos no Estatuto Social da Companhia são os seguintes:

- Prospectar, junto ao mercado, clientes livres, especiais, potencialmente livres e potencialmente especiais, responsáveis por unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW ou que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, interessados em adquirir energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração de fonte convencional ou aqueles enquadrados no § 5º do artigo 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica proveniente de fontes convencionais e/ou incentivadas, para:
- desenvolver, junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes livres, especiais, potencialmente livres e potencialmente especiais;
 - prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica proveniente de fontes convencionais e/ou incentivadas;
 - prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica;
 - desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado;
 - representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

A Companhia não está em operação e conta com o suporte de recursos de sua controladora.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de junho de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa);

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.